



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 165ª reunião, realizada em 16 de setembro de 2015

1 Em 16 de setembro de 2015, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de
2 Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Nalton Sebastião
5 Moreira da Cruz, subsecretário de Inovação e Logística do Sistema Estadual de
6 Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Sisema); Juliana Pereira da
7 Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8 (Seapa); Evandro Xavier Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC);
9 Kléber Gesteira Matos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Mila
10 Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);
11 Rodrigo Fabiano do Carmo Said, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras
13 Públicas (Setop); Breno Longobuco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
14 Regional e Política Urbana (Sedru); José Guilherme Ramos, da Secretaria de
15 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Antônio Martins de Souza, da
16 Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Juliana Veríssimo Pacheco, da
17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e do Nordeste de
18 Minas Gerais (Sedinor); Idzel Mafra Fagundes e Carlos Henrique Souza da Silva,
19 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Marco Túlio Simões Coelho, do
20 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
21 (Ibama); Cássio Antônio Ferreira Soares e Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro,
22 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia
23 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação
24 Mineira de Municípios (AMM) – representantes do poder público; Fabiano Blanc
25 Xavier, da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos
26 Alberto Santos Oliveira e Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura
27 e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Adair Evangelista Marques, da
28 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Paula Meireles
29 Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo Antônio
30 Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
31 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de
32 Mineração (Ibram); Leonardo de Bessas Matos, da Câmara do Mercado Imobiliário
33 de Minas Gerais (CMI); Pegge Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de
34 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação
35 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Ronaldo Vasconcellos Novais, da
36 Organização Ponto Terra; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de
37 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Fernando Verassani Laureano, da

38 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de
39 Carvalho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
40 (Crea-MG); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
41 Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do
42 Estado de Minas Gerais (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos**
43 **em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional
44 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz
45 declarou aberta a 165ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política
46 Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS. O**
47 conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais registrou convite aos presentes para
48 participarem do ciclo de palestras sobre modernização da Resolução Conama
49 01/1986, destacando a municipalização do licenciamento ambiental, que será
50 realizado pela Organização Ponto Terra no dia 24 de setembro, na Fumec, em
51 Belo Horizonte. O conselheiro solicitou ainda que a SEMAD faça a indicação
52 formal de seu representante no evento. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello:
53 “A Faemg lançou, recentemente, o programa Nosso Ambiente, com várias linhas
54 de atuação, como capacitação, melhoria da representação do nosso pessoal,
55 capacitação no campo, intervenção nas propriedades rurais para que se tornem
56 mais sustentáveis... Só que nós precisamos do apoio da SEMAD para
57 concretização de algumas dessas ações. Infelizmente, quanto ao braço de
58 recuperação de nascentes do programa Nosso Ambiente, teve uma reunião na
59 semana passada na Federação para se pensar o cancelamento desse braço do
60 programa, por falta de segurança jurídica. Nós propusemos um texto para uma
61 norma conjunta entre SEMAD e IGAM, e está na Casa desde março. Eu queria,
62 de público, pedir o apoio desta Casa em relação aos objetivos da Secretaria de
63 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pensando também na atual crise
64 hídrica, pensando que este é o momento em que os produtores rurais estão indo
65 com tudo, os sindicatos estão indo com tudo para fazer essas ações. Estão
66 demandando essas ações, e, daqui a pouco, isso vai esfriar, e nós vamos perder
67 a oportunidade. Então eu queria pedir que fosse avaliado onde está esse texto e
68 que se evoluísse nisso, para que saia o mais rápido possível. Se não,
69 infelizmente, esse braço do programa Nosso Ambiente será cancelado. O curso
70 específico sobre desassoreamento de nascentes, em alguns lugares, as pessoas
71 estão com medo de fazer por causa de intervenção em APP.” O presidente Nalton
72 Sebastião Moreira da Cruz informou que a solicitação da conselheira
73 representante da Faemg será encaminhada à diretora geral do IGAM, Maria de
74 Fátima Chagas Dias Coelho, para que seja dada uma resposta. Moções
75 aprovadas pelo Plenário do COPAM. O Plenário do COPAM aprovou, por
76 unanimidade, moção ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio
77 Miranda Magalhães Júnior, nos termos propostos pela conselheira Maria Dalce
78 Ricas: “Os membros do Plenário do COPAM, reunidos na sessão realizada em 16
79 de setembro de 2015, convidam Vossa Senhoria a fazer reuniões extraordinárias
80 para apresentação sobre os seguintes assuntos: 1) Distribuição dos recursos

81 oriundos da taxa de fiscalização minerária; 2) Pagamento de guardas-parque
82 contratados pela empresa Cristal e Verso com recursos da compensação
83 ambiental e não do Tesouro do Estado; 3) Posição do governo quanto à liminar
84 concedida ao Ministério Público que determina a devolução dos recursos da
85 compensação sequestrados pelo governo anterior; 4) Liberação dos R\$ 103
86 milhões de recursos retidos pelo governo do Estado relativos à cobrança pelo uso
87 da água e que deveriam ser encaminhados aos Comitês de Bacia; 5) Recursos do
88 Bolsa Verde: situação dos pagamentos aos proprietários rurais contratados e
89 liberação dos recursos.” **O Plenário do COPAM aprovou, por unanimidade, moção**
90 **à SEMAD, nos termos propostos pela conselheira Maria Dalce Ricas: “Moção à**
91 **SEMAD, dirigida à diretora geral do IEF, Adriana Araújo Ramos, para que sejam**
92 **informados os critérios que estão sendo utilizados para a substituição de gerentes**
93 **de unidades de conservação no Estado.” Neste caso não foi um a moção, mas**
94 **uma solicitação. Verificar no áudio e retificar.** O conselheiro Eduardo Antônio
95 Arantes do Nascimento registrou manifestação a respeito do contingenciamento
96 de recursos pelo Estado: “Eu acho que a indefinição é a pior situação. Esse
97 passivo de R\$ 103 milhões diz respeito ao governo passado, e já existe em
98 relação a este governo também. A situação está indo para um limite que eu acho
99 que, aos Comitês de Bacia, a única saída vai ser recomendar às pessoas, aos
100 agricultores, aos produtores e às empresas que não paguem pelo uso da água, se
101 o recurso não está sendo aplicado e utilizado para a finalidade. As questões que a
102 Maria Dalce está trazendo na moção são vitais, a meu ver, para sustentar um
103 mínimo de governança do Sistema de Meio Ambiente. Eu acho que é necessário,
104 claramente, explicitar o que pode e o que não pode ser feito, uma manifestação
105 clara do governo de como podem ser resolvidas essas questões.” O conselheiro
106 Tarcísio Walter Gotelipe Reis manifestou sobre a demora nos prazos para
107 liberação de outorga para regularização da atividade de extração de areia e
108 autorização para intervenção ambiental em área de preservação permanente. “No
109 caso da minha área de atuação, de profissionais da área de mineração, estamos
110 tendo muita dificuldade para regularizar os empreendimentos. Eu queria fazer coro
111 ao nosso colega conselheiro e pedir uma manifestação de apoio do Conselho de
112 Política Ambiental. Este é o fórum adequado para discutirmos.” A conselheira
113 Paula Meireles Aguiar endossou a manifestação do representante da Assemg e
114 pediu agilidade da SEMAD em relação ao tema. Registrou ainda informação de
115 que a Fiemg, junto com a ONG Ambiente Brasil, desenvolveu um programa de
116 capacitação para os gestores municipais quanto à municipalização de
117 licenciamentos ambientais. Informou que foi concluído o curso online e que foram
118 realizadas reuniões presenciais com os municípios, inclusive com participação da
119 SEMAD e do Ministério Público. Solicitou ainda que seja agilizada a
120 regulamentação da lei. “Isso mostra que precisa muito de uma ação da SEMAD
121 para a regulamentação da lei, e eu acho que essa regulamentação vai dar um
122 norte. Estão sem saber para onde correr, inclusive, no caso de municípios que
123 tinham convênio com o Estado, e o convênio venceu, não sabem o que fazer, não

124 sabem se prorrogou ou não. As empresas, pela legislação, só podem fazer
125 licenciamento no município, mas o convênio está vencido. Então vamos tentar
126 correr com isso e dar um posicionamento para os municípios, porque o meu receio
127 é de que cada um vai fazer do jeito que quiser, e, depois, para corrigir, vai ser
128 mais difícil. Se desse para dar atenção pelo menos àqueles casos em que o
129 convênio venceu, pelo menos prorrogar por mais seis meses, até que se tenha
130 uma decisão... Do jeito que está, estão vencendo as licenças, e as empresas
131 estão perdendo as licenças, porque não podem entrar lá, pois o convênio está
132 vencido, e não podem entrar aqui, porque, de acordo com a legislação, tem que
133 ser lá, e os municípios não estão preparados.” O presidente Nalton Sebastião
134 Moreira da Cruz registrou esclarecimentos recebidos do IGAM relativos ao
135 repasse de recursos de cobrança pelo uso da água: “Foram quitados o terceiro
136 trimestre de 2014 e parte do quarto trimestre, e houve liberação e aprovação pela
137 COF da totalidade dos recursos previstos para 2015, no valor de R\$ 35 milhões.”
138 A conselheira Juliana Pereira da Cunha endossou o pedido da representante da
139 Faemg quanto à necessidade de se dar “segurança jurídica ao produtor rural,
140 principalmente por se tratar de uma intervenção positiva”. **4) EXAME DA ATA DA**
141 **164ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 164ª reunião do
142 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 15 de julho de
143 2015, com os seguintes destaques: – No item 3, Comunicados dos Conselheiros e
144 Assuntos Gerais, na manifestação da conselheira Célia Regina Alves Rennó, onde
145 está escrito “Crea”, lê-se “Abes”; – Na linha 360, o superintendente de
146 Fiscalização Ambiental Integrada, Heitor Soares Moreira, registra a seguinte
147 observação: “Está escrito que nós nos comprometemos a trazer dados criminais
148 sobre a questão do desmatamento, mas o que foi acordado aqui foi levar em
149 consideração os pontos abordados pelo conselheiro Miguel nas próximas ações.”
150 **5) INDICAÇÃO DE MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL DE**
151 **PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS**
152 **AMBIENTAIS COM PRODUTOS PERIGOSOS – CE P2R2 Minas. Decreto**
153 **Estadual 45.231/2009. Apresentação: Subsecretaria de Controle e**
154 **Fiscalização Ambiental Integrada (Sucfis).** Wanderlene Ferreira Nacif, diretora
155 de Prevenção e Emergência Ambiental, apresentou as ações desenvolvidas pela
156 Comissão Estadual P2R2 Minas e prestou esclarecimentos solicitados pelos
157 conselheiros. Em seguida, por meio de consenso entre os conselheiros presentes
158 nesta sessão, foram indicados e aprovados por unanimidade pelo Plenário do
159 COPAM os seguintes membros para compor a CE P2R2 Minas: Pegge Sayonara
160 Mendes, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
161 Ambiental (Abes), como titular, e Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal
162 de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), como suplente. **O**
163 **conselheiro João Carlos de Melo solicitou que fosse avaliada a possibilidade de**
164 **inclusão da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais**
165 **(Assemg) como suplente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) na**
166 **composição da Comissão Estadual. Após essa discussão a instituição foi**

167 **indicada como convidada juntamente com a ASSEMG. Verificar áudio e**
168 **registra na ata. 6) EXPEDIÇÃO NADANDO COM THEO - PROJETO DE**
169 **EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Subsecretaria de Controle e**
170 **Fiscalização Ambiental Integrada (Sucfis). Luiza Marilac, da SEMAD, fez**
171 **apresentação do projeto de educação ambiental Expedição Nadando com Theo,**
172 **desenvolvido na bacia hidrográfica do rio das Velhas. Em seguida, prestou**
173 **esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. Foram registradas as**
174 **considerações a seguir. O conselheiro Kléber Gesteira Matos propôs que o projeto**
175 **fosse estendido também às escolas particulares. Registrar na ata a justificativa**
176 **da servidora Luiza Marilac. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do**
177 **Nascimento sugeriu que o foco do programa fosse ampliado para a gestão dos**
178 **recursos hídricos na etapa que irá se iniciar, e não apenas na crise hídrica. “No**
179 **nosso entendimento a crise não é derivada só de diminuição ou falta de chuva,**
180 **mas é, essencialmente, uma crise de gestão.” O conselheiro Carlos Alberto**
181 **Santos Oliveira destacou que durante todo o tempo em que é conselheiro do**
182 **COPAM nunca teve notícia de algum trabalho como o que foi apresentado nesta**
183 **sessão, e lembrou ainda que a lei que trata da educação ambiental irá completar**
184 **20 anos no ano que vem. “No Brasil, especialmente em Minas Gerais,**
185 **desenvolveu-se muito mais o juízo do procedimento do comando e controle,**
186 **deixando a educação ambiental, que é um vetor fantástico para proteção do meio**
187 **ambiente, em segundo, terceiro e até quarto plano.” 7) PLANEJAMENTO**
188 **SISTEMÁTICO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**
189 **E DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS DOS BIOMAS DE MINAS GERAIS.**
190 **Apresentação: Diretoria de Pesquisa e Proteção à Biodiversidade**
191 **(DPBIO/IEF). Equipe da DPBIO fez apresentação e prestou esclarecimentos ao**
192 **Plenário sobre o Planejamento Sistemático da Conservação e Restauração da**
193 **Biodiversidade e dos Serviços Ambientais dos Biomas de Minas Gerais. Os**
194 **conselheiros registraram as seguintes considerações. O conselheiro Evandro**
195 **Xavier Gomes propôs que seja feita a atualização também das listas da fauna e**
196 **da flora, além do Mapa da Biodiversidade. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes**
197 **do Nascimento se colocou à disposição para contribuir com informações, no caso**
198 **de populações tradicionais, especialmente, e disse que espera que haja**
199 **“sustentação institucional da proposta apresentada, para que o trabalho tenha**
200 **continuidade”. O conselheiro recomendou ainda que o planejamento apresentado**
201 **seja levado também a todas as Unidades Regionais Colegiadas do COPAM e aos**
202 **Comitês de Bacia do Estado, abrindo-se a discussão para participação e**
203 **interlocução de todos. Ressaltou também a importância de se incluir a proposta**
204 **nas discussões de orçamento da SEMAD. Por fim, o conselheiro considerou que**
205 **em Minas Gerais “o cerrado precisa de uma atenção maior do que tem sido dada.”**
206 **O conselheiro Kléber Gesteira Matos sugeriu que seja contemplada a participação**
207 **de pessoas de notório saber das comunidades tradicionais no planejamento**
208 **apresentado. Encaminhamentos? 8) INFORMES. 8.1) Cadastro Ambiental**

209 **Rural (CAR) em Minas Gerais.** Leonardo Vieira de Faria, da SEMAD, fez
210 apresentação sobre a implementação do CAR em Minas Gerais e colocou o
211 Núcleo de Estudos, Projetos e Zoneamento Ambiental da SEMAD à disposição
212 para outras informações e esclarecimento de eventuais dúvidas. A conselheira
213 Juliana Pereira da Cunha informou que a Seapa participa do processo em parceria
214 com a SEMAD e ressaltou que “é prioridade da Secretaria contribuir para a
215 operacionalização do Cadastro Ambiental Rural”. O conselheiro Tarcísio Walter
216 Gotelipe Reis manifestou preocupação quanto ao questionamento do Ministério
217 Público acerca da possível inconstitucionalidade dos Artigos 15 e 67 da lei, e
218 questionou qual é a posição do órgão ambiental. Conselheiro Carlos Alberto
219 Santos Oliveira: “Está previsto na legislação que, nas propriedades rurais menores
220 do que quatro módulos fiscais, a reserva legal é aquela área de vegetação
221 encontrada na propriedade. O Ministério Público entende que a lei não traduz a
222 realidade dos fatos, então o MP estaria recomendando que quem estivesse
223 fazendo o CAR tinha que seguir não a lei, mas as observações do MP. Mas nós
224 temos uma legislação, um Código Florestal, que foi aprovado pelo Congresso
225 Nacional, e uma série de leis inferiores, decretos, regulamentos. Então, nesse
226 aspecto, eu acho que a forma como estamos fazendo o CAR está adequada. Se
227 em uma eventualidade, o Supremo Tribunal Federal entender que o Ministério
228 Público está certo nas suas considerações, então vamos modificar tudo e vai se
229 tornar uma grande confusão.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “A Faemg
230 tem atuado intensamente com relação ao CAR desde o advento da lei. E temos
231 feito vários cursos, não só para o nosso público, mas também para técnicos da
232 Emater. Pela nossa experiência no CAR, em atendimentos que temos feito, a
233 demanda está grande. Foram feitos muitos cadastros, e Minas Gerais está bem
234 avançado em número de cadastros. Mas a nossa grande preocupação é que
235 temos muitos estabelecimentos, mais de 550 mil estabelecimentos rurais. A
236 Faemg tem quase 400 sindicatos, e são 853 municípios. Então a complexidade de
237 se fazer esse cadastro em Minas Gerais é realmente peculiar do nosso Estado.
238 Temos um número muito grande, mas ainda faltam 60%. Então o nível dos
239 cadastramentos precisa ser intensificado. Houve avanço muito grande com a
240 mudança do sistema online, mas é importante que mais atores participem desse
241 processo e seja feita maior mobilização para levar ao conhecimento dos
242 produtores. Temos a preocupação de não conseguirmos, até maio do ano que
243 vem, concluir os cadastros.” O presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz
244 comentou sobre a importância da parceria com todos os órgãos para a divulgação
245 do CAR e destacou a participação do IEF com as Agências Avançadas de Meio
246 Ambiente no interior do Estado para se atingir a meta dentro do prazo fixado.
247 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “O resultado concreto do
248 empenho do IEF no CAR é bem menos do que o desejado. A lei trouxe claro que,
249 para a agricultura familiar, portanto, para as propriedades até quatro módulos
250 fiscais, fazer o CAR é responsabilidade do poder público, e isso não foi feito. Tem
251 que ficar claro que os 16 milhões de hectares feitos até hoje, duzentas e poucas

252 mil propriedades do universo de 550.000, esse resultado foi alcançado até agora
253 graças ao esforço da pequena equipe do IEF, da Faemg e da Fetaemg. Nós, no
254 caso da Fetaemg, capacitamos 600 pessoas, em parceria com a Faemg e o IEF.
255 Quanto ao questionamento da legislação, se prevalecer o entendimento do
256 Ministério Público, a casa desmoronou, porque, em 6 de maio de 2016, nem o
257 produtor rural e nenhum agricultor familiar que não tiver o CAR não acessa
258 crédito, não acessa pública. E nós até agora seguimos o que está escrito no
259 Código Florestal.” O conselheiro registrou ainda as seguintes sugestões para a
260 SEMAD: “Eu acho que é preciso que a SEMAD coloque essa questão do CAR
261 como uma de suas prioridades na prática. Um banco de dados com todas as
262 propriedades rurais de Minas Gerais cadastradas ajudaria na leitura de um
263 trabalho desse. Eu acho que era preciso fazer um esforço e aumentar um pouco a
264 capacidade operacional da equipe do IEF e da SEMAD. Isso ajudaria muito,
265 porque poderíamos ampliar as capacitações para os multiplicadores.” O
266 conselheiro Kléber Gesteira Matos defendeu que fossem utilizados outros serviços
267 estaduais para divulgação e colocou a Secretaria de Estado de Educação à
268 disposição para uma cooperação nesse sentido. O conselheiro sugeriu ainda o
269 envolvimento da Polícia Militar de Minas Gerais, por meio de seus vários serviços,
270 para auxiliar na divulgação do CAR, e citou também a possibilidade de utilização
271 de rádios do interior nesse processo. **Encaminhamentos? 8.2) Loteamentos em**
272 **torno dos Parques Estaduais: Brigadeiro, Rola Moça e Rio Doce.** Foram
273 apresentadas pela Diretoria de Áreas Protegidas do IEF, em atendimento a
274 solicitação da conselheira Maria Dalce Ricas, informações sobre a situação de
275 loteamento no entorno dos parques estaduais do Brigadeiro, Rola Moça e Rio
276 Doce, tendo sido destacados os embargos de empreendimentos irregulares e as
277 ações de regularização. **8.3) Arrecadação da taxa de fiscalização da**
278 **mineração.** O Plenário do COPAM aprovou, por unanimidade, as seguintes
279 moções apresentadas pela conselheira Maria Dalce Ricas: 1) Moção ao
280 governador Fernando Pimentel e ao secretário de Estado de Planejamento e
281 Gestão, Helvécio Miranda Magalhães Júnior – “Os conselheiros do Conselho
282 Estadual de Política Ambiental, reunidos na Plenária realizada no dia 16 de
283 setembro de 2015, solicitam a Vossas Senhorias que seja alterada a distribuição
284 dos recursos oriundos da taxa de fiscalização minerária criada pela Lei
285 19.976/2011, regulamentada pelo Decreto 45.936/2012, tendo como fato gerador
286 o exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre as atividades de
287 pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de determinados recursos
288 minerários realizados no Estado. Considerando que a própria lei define que o
289 poder de polícia conferido ao Estado será exercido pela SEMAD e suas entidades
290 vinculadas, padece de lógica e justiça que essa fique com a menor parte dos
291 recursos que são distribuídos.” 2) Moção ao secretário de Estado de Meio
292 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Luiz Sávio de Souza Cruz – “Senhor
293 secretário, considerando que os recursos oriundos da taxa de fiscalização
294 minerária destinam-se ao exercício do poder de polícia da SEMAD; que a sua

295 distribuição vem sendo feita de forma injusta, ilógica e, possivelmente, ilegal por
296 contrariar seus objetivos, solicitamos que seja apresentado aos conselheiros do
297 COPAM relatório avaliativo da relação entre os recursos oriundos da mesma que
298 estão sendo destinados à SEMAD para cumprimento da lei, e a efetividade da
299 fiscalização, tendo como foco resultados concretos de que toda atividade
300 minerária no Estado está sendo feita legalmente e de acordo com as normas
301 legais de proteção do meio ambiente.” 3) Moção ao secretário Luiz Sávio de
302 Souza Cruz – “Que a SEMAD faça uma apresentação dos dados relativos ao
303 recolhimento e aplicação dos recursos relativos à taxa de reposição florestal,
304 considerando, inclusive, os casos relativos a autorizações concedidas pelos
305 municípios.” Após a aprovação das moções, foram apresentadas pela SEMAD
306 informações sobre a arrecadação da taxa de fiscalização da mineração, com
307 dados atualizados até agosto de 2015. O conselheiro Ronaldo Vasconcellos
308 Novais solicitou que seja encaminhada cópia da apresentação para uma análise
309 mais cautelosa, embora o documento tivesse sido disponibilizado no portal da
310 SEMAD. **Nestes dois casos não foram apresentadas moções, mas**
311 **solicitações. Verificar no áudio e retificar.** O presidente Nalton Sebastião
312 Moreira da Cruz determinou que a apresentação seja encaminhada a todos os
313 conselheiros. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento solicitou que
314 seja explicitado onde são aplicados os valores que ficam a cargo da Secretaria de
315 Estado da Fazenda. **Encaminhamentos? 8.4) Resultado do Grupo de Trabalho**
316 **sobre Terras Devolutas.** Mateus Garcia de Campos, gerente de Regularização
317 Fundiária do IEF, fez apresentação sobre o trabalho de diagnóstico realizado pelo
318 Grupo de Trabalho sobre terras devolutas. Ressaltou que foi proposta para as dez
319 unidades de conservação uma comissão de avaliação discriminatória, “que é
320 obrigatória para se proceder a arrecadação das áreas devolutas”. “Ficará a cargo
321 da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, mas ainda não foi atribuída,
322 legalmente, a atribuição de trabalhar com essas ações de avaliação
323 discriminatória e arrecadação das terras devolutas”. Informou ainda que o relato
324 poderá ser disponibilizado aos conselheiros. O conselheiro Eduardo Antônio
325 Arantes do Nascimento propôs que a SEMAD determine o agendamento de uma
326 reunião com a participação da Fetaemg, Faemg, IEF, Secretaria de
327 Desenvolvimento Agrário e Ruralminas para aprofundar a discussão do tema. O
328 presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz acatou a proposta do conselheiro e
329 informou que a reunião será agendada. O conselheiro Evandro Xavier Gomes
330 recomendou que seja estudada a possibilidade de delegação de competência ou
331 de capacidade para o IEF atuar nas suas unidades de conservação. Conselheiro
332 Antônio Martins de Souza: “Com relação à ideia de delegação de competência, eu
333 entendo que bastaria um convênio entre esses entes, e seria muito mais fácil
334 elaborar esse plano de trabalho conjunto.” O conselheiro Eduardo Antônio Arantes
335 do Nascimento: “As atribuições de competências foram concebidas por meio de lei
336 na Assembleia. Tem que verificar a possibilidade de, por meio de convênio ou ato
337 do governador, ser atribuído ao IEF determinado papel.” Presidente Nalton

338 Sebastião Moreira da Cruz: “Isso pode ser definido dentro do GT que vai se reunir
339 e levar também a questão das atribuições. Anotada a solicitação, agendar a
340 reunião com as entidades e levar à discussão. E podemos definir sobre os
341 convênios nesse GT.” **9) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a
342 serem tratados, o presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz declarou
343 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

344

345

346

347

348

349

350

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Nalton Sebastião Moreira da Cruz